

Reportagem Especial

Rose quer detalhes sobre o desassoreamento do Arroio Montenegro

Para a Vereadora do Partido Progressista (PP) Rosemari Almeida, as CPIs são importantes, contudo é preciso seguir a hierarquia dos poderes, deixando que o Ministério Público cobre a execução correta dos projetos desenvolvidos pela prefeitura. Rose, como é mais conhecida na cidade, participou da série de reportagens sobre assuntos que geraram polêmica em Montenegro.

reporter3@gpc.inf.br

A representante feminina do Legislativo buscou dados e dissertou sobre três assuntos propostos: macrodrenagens dos arroios Montenegro e São Miguel e casas do PSH do Bairro Bela Vista. Confira os relatos e a compreensão da vereadora sobre os motivos que levaram a não realização de CPIs sobre os casos citados:

1º Caso: Obra de macrodrenagem do Arroio Montenegro

O que a senhora lembra sobre esse fato?
Rose Almeida – Tudo começou em 2006 quando o, então Secretário de Obras Públicas do Estado, Frederico Antunes,

concluiu. Houve um aditivo e outra empresa concluiu os trabalhos. Nós questionamos o aditivo, mas não se poderia parar a obra. Hoje, a obra ainda tem problemas. A comunidade nos questiona sobre como ficou esta obra. Quero marcar uma reunião entre os vereadores e o Prefeito Aldana para saber como está sendo feito o desassoreamento. No tempo do Prefeito Paulo Azeredo fizemos pedidos de informação, mas tivemos respostas não satisfatórias.

Esse assunto mereceria uma CPI?

Rose Almeida – Não dá pra dizer que não cabia uma CPI, mas naquele momento o que se fez foi acompanhar



exercício, Paulo Pollet, o projeto realizado pela Concremat Engenharia e Tecnologia, o Estado pagou essa obra. O valor foi de pouco mais de R\$ 83 mil, e a obra foi orçada em cerca de R\$ 4 milhões. A partir de então, várias reuniões começaram a ser organizadas na comunidade, discutindo como seria a execução. Existiu uma polêmica quando foi dito que seria realizada uma canalização pela Rua Capitão Porfírio, entrando pela José Luiz seguindo até o arroio. Havia uma discussão defendendo a ideia de que a canalização deveria ser feita pela Rua Capitão Porfírio de forma direta, sem fazer curva. Foi um assunto polêmico, muito discutido e a obra começou. O contrato da obra foi assinado pelo Prefeito Percival em abril de 2009. Durante todo aquele ano se discutiu a funcionalidade do conduto. Em janeiro de 2010, foi noticiado na imprensa local que a Justiça havia aprovado a obra do conduto, pois um laudo técnico solicitado pela Promotoria de Justiça deu parecer favorável ao projeto e a forma de execução da obra de macrodrenagem. Assim como nós vereadores, os promotores também não são técnicos. E diante disso foi solicitado o laudo técnico. Quem iria questionar?

O que aconteceu depois, a empresa que estava realizando a obra não

trabalha, que estava sendo feito pelo Ministério Público. Estávamos em contato direto com o Ministério Público. Mas nós respeitamos o trabalho deles. Eles tomaram as medidas cabíveis e necessárias.

Na sua opinião, qual a gravidade desse caso?

Rose Almeida – Eu acho muito difícil dar nota para alguma coisa. Por que quando se disponibiliza uma verba, quando a prefeitura faz um projeto, quando nós votamos favoravelmente, sempre se quer que dê certo. Agora, surgem diversas situações que levam, em certos casos, ao não funcionamento do projeto. Então, acho muito difícil dar nota.

2º Caso: Macrodrenagem do Arroio São Miguel

O que a senhora lembra sobre esse fato?

Rose Almeida – Este assunto começou em 2012 durante o Governo Percival. Com a interrupção da obra no início de 2013 eu fiquei bastante preocupada. Cerca de três meses depois do início desse mandato, tivemos uma reunião com o então Prefeito Paulo Azeredo. Esta marcou bastante. Ele insistia em não continuar a obra. Nós sabíamos do anseio da comunidade. Não poderia se deixar perder uma verba de R\$ 4 milhões. O prefeito não queria alterar o orçamento realizado em 2010, mas

como manter esse valor em 2013? A empresa pedia um aumento na contrapartida, mas o prefeito foi radical, disse que não teria e não deu continuidade. Nós não podemos pensar nesse ou naquele partido, nós temos que trabalhar pela comunidade.

Esse assunto mereceria uma CPI?

Rose Almeida – Não. A obra só havia sido interrompida por vontade do prefeito municipal. As coisas andaram e aconteceram como nós queríamos.

Na sua opinião, qual a gravidade desse caso?

Não opinou.

3º Caso: Casas do PSH do Bairro Bela Vista II

O que a senhora lembra sobre esse fato?

Rose Almeida – São lembranças ruins. Foram entregues 162 casas populares feitas no Governo Percival, em parceria com o Estado e a União. Se apurou que foi utilizado material de

péssima qualidade, inexistência de reboco, casas sem piso, sem vidros nas janelas. Este assunto continua tramitando. É mais um assunto que o Ministério Público, cumprindo com seu dever, está investigando.

Em maio de 2013 a Promotoria ingressou com ação civil pública contra a prefeitura, o Banco Economiza e o projeto Cidade, Arquitetura e Urbanismo, responsáveis pela construção do loteamento Bela Vista.

Esse assunto mereceria uma CPI?

Esse é mais um assunto que está tramitando no Ministério Público. Mas, se dúvidas surgirem, nada impede que depois, se abra uma CPI. CPI é importante, não se menospreza este ou aquele assunto, mas cada um tem a sua função na esfera municipal e este assunto está no Ministério Público.

Na sua opinião, qual a gravidade desse caso?

Não opinou.

Ademir Paulo Piccinini
ADVOGADO
OAB/RS 82829

Direito de Família e Sucessão
 Direito Trabalhista
 Responsabilidade Civil
 Direito do Consumidor
 Juizado Especial Civil



Contatos | 51 9988.7245 | 51 3632.2975
 Rua Santos Dumont, 840 - Centro